

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Comiss Brasileira

Class.: Madura 140

Data: 06/04/93

Pg.: 13

ZULEIKA DE SOUZA



Maria Teresa diz que o relatório traz um diagnóstico sobre as consequências da exploração do mogno

Relatório sugere o fim do comércio de mogno no País

O comércio do mogno poderá sofrer um duro golpe. Um relatório encomendado pelo Ministério das Relações Exteriores e pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a Fundação Pró-Natureza sugere a proibição do comércio da madeira cuja exploração não permitir a recuperação da floresta amazônica, onde é feita, e não for sustentável. O documento está em fase de conclusão e deverá ser entregue no fim deste mês à Agência Brasileira de Cooperação, do Itamarati, e ao Ibama.

De acordo com a superintendente da Funatura, Maria Teresa Jorge de Pádua, o relatório traz um diagnóstico dramático das consequências da exploração do

mogno no Brasil. Maria Teresa explicou que o documento está sendo preparado em conformidade com a convenção sobre o comércio internacional da exploração da flora e da fauna silvestre ameaçada de extinção, da qual o Brasil é membro.

Segundo ela, o objetivo da Funatura é incorporar os resultados do relatório ao texto da convenção, fazendo que a proibição valha para todos os países que assinam o tratado. Maria Teresa contou que o documento foi preparado com o apoio de instituições internacionais como a World Wide Fund For Nature (WWF), presidida pelo príncipe-consorte inglês Phillip, e da Organização Internacional sobre o Comércio de Madeira.

Recursos — Os pesquisadores da Comissão Coordenadora Regional de Pesquisa da Amazônia (Corpam) querem apressar o desembolso dos recursos doados pelos sete países ricos para projetos de preservação ambiental na região. Os recursos de 53 milhões de dólares foram prometidos há três anos e desde dezembro de 1991 estão depositados no Banco Mundial (Bird). Os técnicos enviaram moção ao ministro da Ciência e Tecnologia, Israel Vargas, pedindo que solicite ao Bird recursos emergenciais para os dois principais centros de pesquisa da Amazônia (Inpa) e o Museu Emílio Goeldi, onde a centenária biblioteca ameaça desabar se não for reformada.